

Congresso custa a votar verba e paralisa máquina do governo

BRÁSILIA — A Polícia Federal não tem dinheiro para acompanhar as eleições no país, que se realizam na próxima quarta-feira, e pelo menos 28 milhões de crianças da rede pública estão sob a ameaça de ficar até 45 dias sem a merenda escolar. Estes são apenas dois exemplos das dificuldades enfrentadas pelo governo federal com a não-votação pelo Congresso da suplementação orçamentária deste ano. O projeto foi encaminhado pelo presidente Fernando Collor no mês passado.

O governo federal vai esperar até o dia 10 de outubro para que o Congresso Nacional vote a revisão orçamentária, antes de editar uma medida provisória com essa finalidade, alertou ontem o ministro-interino da Economia, Eduardo Teixeira, logo depois de uma reunião com o presidente em exercício, Itamar Franco. Se o Congresso nada fizer até o dia 10, o Executivo tomará suas providências já que, lembra o ministro-interino da Economia, embora o assunto seja prerrogativa do Legislativo, a Constituição faculta ao governo legislar "em caso de calamidade pública". Na opinião de Teixeira, a situação de calamidade está

chegando para alguns programas da área social.

Medida — O consultor-geral da República, Célio Silva, já manifestou ao presidente em exercício sua opinião favorável à edição da medida, afirmando que ela é constitucional. Franco apoiou a decisão de editar a medida caso a revisão do orçamento não seja votada até o dia 10. O problema foi discutido e as soluções definidas ontem, numa reunião convocada pelo presidente em exercício, de que participaram ainda o senador Mendes Canale (PSDB/MS), o deputado João Alves (PFL/BA) e o procurador-geral da República, Aristides Junqueira, entre outros. "Não vamos permitir a paralisação da máquina do estado. O governo não se exime de suas responsabilidades constitucionais", assegurou Eduardo Teixeira.

O ministro interino da Economia informou que programas da área social, como o de aleitamento materno, a merenda escolar, creches e hospitais já enfrentam problemas. A chamada reserva de contingência é de apenas Cr\$ 200 milhões, "insuficientes até mesmo para

cobrir os gastos extraordinários com uma enchente", por exemplo.

Dificuldades — Mesmo que o Congresso viesse a aprovar na próxima semana o projeto de suplementação orçamentária, explicou o presidente da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), Adolfo Schuller, "não poderíamos evitar a falta da merenda escolar". A renovação dos estoques deveria ter sido feita no final de agosto, para distribuição dos alimentos às 180 escolas públicas de todo o país.

Schuller disse que começaram a faltar ingredientes básicos da merenda em estados como Rio de Janeiro, Paraíba, Sergipe, Mato Grosso, Goiás e o Distrito Federal. A FAE conseguiu incluir no projeto de suplementação orçamentária uma verba de Cr\$ 23 bilhões para compra de 65 mil toneladas de alimentos. A Polícia Federal, segundo o delegado Romeu Tuma, está sem dinheiro até para comprar papel. As superintendências de Foz do Iguaçu e São Paulo, que alugam imóveis, receberam notificações de despejo por falta de pagamento dos alugueis atrasados.